



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

**Comissão de Acompanhamento para os
Assuntos da Administração Pública**

Relatório n.º 2/VI/2020

Assunto: Acompanhamento do trabalho desenvolvido pelo Governo para responder ao surto epidémico da pneumonia pelo novo tipo de coronavírus

I - Introdução

A epidemia de pneumonia causada pelo novo coronavírus "eclodiu" em Dezembro do ano passado no Interior da China. Devido à forte capacidade de transmissão, o novo vírus alastrou-se rapidamente e não foi possível encontrar a fonte da sua origem. Além disso, como o período de incubação é longo e não existem vacinas nem tratamento para as doenças provocadas pelo novo tipo de coronavírus, a situação epidémica continuou a agravar-se, constituindo uma grande pressão para a saúde pública.

Para uma melhor prevenção e resposta à epidemia, o Governo da RAEM criou, por despacho do Chefe do Executivo, em 21 de Janeiro de 2020, o Centro de Coordenação de Contingência do Novo Tipo de Coronavírus, responsável pela definição global de planos e pelas orientações e coordenação das entidades públicas e privadas no âmbito da



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

prevenção, controlo e tratamento das infecções pelo novo tipo de coronavírus. O Centro elabora os planos de contingência de prevenção e de controlo e adopta diversas medidas de prevenção e controlo consoante a gravidade da epidemia.

Macau confirmou o seu primeiro caso de infecção pelo novo tipo de pneumonia no dia 22 de Janeiro de 2020, caso esse que foi também o primeiro caso importado. O Governo da RAEM adoptou logo várias medidas de contingência, tais como a implementação da medição da temperatura nos postos de Macau e Zhuhai e o cancelamento de todas as actividades de celebração do Ano Novo Chinês, minimizando os riscos e evitando a concentração de pessoas e o surgimento de infecções cruzadas. O Instituto Cultural (IC), o Instituto para os Assuntos Municipais (IAM), o Instituto do Desporto (ID), a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ) e outros serviços, os centros de actividades, as salas de estudo e outros recintos foram fechados. A DSEJ anunciou a suspensão das aulas do ensino primário e secundário e o IAS propôs a suspensão do funcionamento das creches.

Esta Comissão também dá muita importância à situação epidémica e decidiu acompanhá-la, na esperança de ficar a conhecer o ponto de situação da aplicação das medidas preventivas e de estudar os métodos para melhorar os trabalhos de prevenção, aliviar as dificuldades dos cidadãos e dinamizar a economia, a fim de elevar a eficácia dos trabalhos de prevenção da epidemia por parte do Governo.

Para o efeito, a Comissão reuniu-se nos dias 24 de Fevereiro e 5 de



Junho de 2020. Vários dirigentes de diferentes serviços públicos, liderados pela Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura, Ao leong U, participaram na reunião da Comissão no dia 24 de Fevereiro, para prestar esclarecimentos sobre os trabalhos de prevenção da epidemia, e responder às questões colocadas pela Comissão, durante a qual ambas as partes discutiram em conjunto os métodos de resposta à epidemia de pneumonia pelo novo tipo de coronavírus.

II - Situação dos trabalhos de prevenção do novo tipo de coronavírus efectuados pelo Governo

De acordó com a apresentação dos representantes do Governo, os trabalhos de combate à epidemia foram divididos em três fases: a primeira fase inclui a prevenção, o controlo e o alerta; a segunda fase inclui a fase preliminar de prevenção, controlo e tratamento; e a terceira fase inclui o alívio da prevenção e do controlo, e o tratamento. Estas diferentes fases exigem a adopção de medidas também diferenciadas; por isso, são distintas as leis, ou outros diplomas legais, e os despachos aplicáveis.

No dia 31 de Dezembro de 2019, o Governo da RAEM, depois de ter sido informado pela Comissão Nacional de Saúde da República Popular da China da ocorrência da pneumonia de causa desconhecida em Wuhan, entrou na primeira fase de combate à epidemia, ou seja, na



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

fase de prevenção e de fazer soar o alarme. Foram logo tomadas várias medidas preventivas, incluindo a medição da temperatura corporal, a medição da temperatura corporal nos canais para veículos no posto fronteiriço, o preenchimento da declaração de saúde por passageiros de voos provenientes de Wuhan, a medição da temperatura corporal nos casinos das concessionárias do jogo, e os Serviços de Saúde procederam à apresentação de várias medidas e orientações sobre a prevenção da epidemia nos estabelecimentos de diversões, instituições de ensino e instituições de serviços sociais.

Em 5 de Janeiro de 2020, o Governo da RAEM criou um grupo de trabalho interdepartamental para responder à pneumonia de origem desconhecida, o qual, de acordo com o despacho do Chefe do Executivo, classificou o risco deste incidente público como moderado, isto é, nível 3, que é já, no entanto, relativamente grave. Os serviços competentes adoptaram, de forma ordenada, diferentes medidas. No dia 9 de Janeiro, Macau recebeu o relatório do grupo de especialistas de Wuhan, no qual se anuncia que a pneumonia de causa desconhecida surgida naquela cidade tinha sido provocada por um novo tipo de coronavírus, e os Serviços de Saúde iniciaram de imediato os trabalhos respectivos. No dia 12 de Janeiro, os Serviços de Saúde anunciaram que tinham capacidade para efectuar testes de ácido nucleico.

No dia 21 de Janeiro, surgiu o primeiro caso confirmado na Província de Guangdong. O Governo da RAEM procedeu, de imediato, à actualização das medidas de combate à epidemia e entrou na fase de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

prevenção, controlo e tratamento. Por despacho do Chefe do Executivo, foi criado o Centro de Coordenação de Contingência do Novo Tipo de Coronavírus, e foram implementadas medidas mais rigorosas, como a dupla medição da temperatura para os passageiros de voos provenientes da China Continental. O Conselho de Consumidores criou uma linha aberta para queixas, a fim de assegurar a estabilidade dos preços das máscaras e a sua disponibilidade.

No dia 22 de Janeiro, foi confirmado o primeiro caso importado em Macau, e o Governo da RAEM adoptou medidas imediatas, tais como a sujeição dos visitantes do Interior da China à medição da temperatura corporal na entrada em Macau, ao preenchimento da declaração de saúde, e, para além disso, foi realizado um encontro do Chefe do Executivo e dirigentes do Governo com o académico Zhong Nanshan, para ouvir sugestões baseadas em dados científicos sobre a prevenção da epidemia. O Governo determinou, ainda, o uso obrigatório de máscaras aos trabalhadores dos casinos e ao pessoal da linha da frente dos serviços públicos, e, consoante a evolução da epidemia, foi apresentando as medidas correspondentes. A partir daquele dia, têm sido realizadas conferências de imprensa diárias para divulgar, ao detalhe, o ponto de situação da epidemia e da aplicação das medidas de resposta.

No dia 23 de Janeiro, foi confirmado o segundo caso importado em Macau, e a conferência de imprensa desse dia contou com a participação do Chefe do Executivo, Ho Iat Seng. Mas antes disso, teve lugar uma reunião conjunta com o Governo da cidade de Zhuhai, tendo sido



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

estabelecido um mecanismo de prevenção, cujas medidas incluíram a medição da temperatura corporal nos postos fronteiriços e a proibição da saída de Macau das pessoas com febre. Os cinco secretários realizaram também reuniões com as associações e os diversos sectores, nas quais apelaram ao cancelamento e adiamento quer das actividades culturais, quer da confraternização da Primavera, bem como à redução das deslocações ao exterior durante o Ano Novo Chinês. Na referida conferência de imprensa, o Chefe do Executivo anunciou o arranque da primeira ronda do Plano de Garantia de Máscaras, apelou a todos os trabalhadores dos sectores da venda a retalho e serviços para o uso de máscaras durante o trabalho, cancelou todas as actividades de grande envergadura do Governo durante o período do Ano Novo Chinês, encerrou várias instalações públicas, exortou os sectores a contabilizar o número de trabalhadores não residentes contratados provenientes de Hubei e propôs a permanência em Macau dessas pessoas e apelou, ainda, à redução das excursões da província de Hubei. Para além disso, a Polícia passou a monitorizar as pessoas que tenham tido contacto próximo com os doentes. As aulas do ensino superior e não superior também foram adiadas.

No dia 25 de Janeiro, o Chefe do Executivo visitou a Unidade de Urgência do Centro Hospitalar Conde de São Januário (CHCSJ), o Centro de Saúde da Areia Preta e o edifício fronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e apelou à suspensão de espectáculos de grande envergadura e de todos os cinemas.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Na sequência do aparecimento de outros casos, do terceiro ao quinto, o Governo tomou algumas medidas de nível mais elevado, tais como a suspensão do funcionamento dos canais de passagem automáticas para todos os não residentes de Macau, para facilitar a identificação das pessoas, se eram da cidade de Wuhan ou provenientes da Província de Hubei. Os Serviços de Saúde apelaram aos cidadãos que estavam de férias no Interior da China para regressarem o mais rapidamente possível a Macau. O IAS criou uma linha aberta de apoio psicológico a funcionar durante 24 horas e o Centro Hospitalar Conde de São Januário cancelou as visitas aos doentes.

Como os primeiros sete casos foram importados, o Governo adoptou medidas mais rigorosas: todos os não residentes que tivessem estado na Província de Hubei, nos 14 dias anteriores à sua entrada em Macau, tinham de apresentar comprovativo médico de que não estavam infectados pelo novo tipo de coronavírus; foi imposta a restrição de entrada nos casinos àqueles; e fez-se o controlo uniformizado dos mesmos, que passaram a ficar alojados em estabelecimentos hoteleiros indicados pelo Governo.

Em 29 de Janeiro, o Governo anunciou a suspensão temporária das creches subsidiadas. No dia 30 de Janeiro, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a epidemia pelo novo tipo de coronavírus como um incidente repentino alvo de atenção internacional. Assim, o Governo da RAEM deu mais um passo, adoptando mais algumas medidas: comunicou às instituições de ensino superior e às escolas do ensino



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

não superior o adiamento do recomeço das aulas que teria em consideração a situação verificada nas regiões vizinhas; que o anúncio do recomeço das aulas seria efectuado com uma semana de antecedência; reduziu a circulação dos transportes públicos; e o IAM começou a prestar atenção ao cumprimento das observações relativas à segurança alimentar durante a epidemia do novo tipo de coronavírus.

A partir do dia 1 de Fevereiro, passou a ser necessário o uso de máscara para todas as pessoas que entrassem nos estabelecimentos de diversões, assim como para os motoristas de autocarros.

No dia 2 de Fevereiro, surgiu o 8.º caso, e o doente infectado era residente. O Governo anunciou, de imediato, a suspensão temporária do funcionamento de todas as instalações de serviços comunitários e apelou às seis operadoras do jogo e às agências de emprego de capitais chineses para proporcionarem alojamento adequado aos trabalhadores não residentes que vivem do outro lado da fronteira, a fim de reduzir o fluxo de pessoas entre Zhuhai e Macau. Sublinha-se, ainda, que o IAS disponibilizou centros de acolhimento de trabalhadores não residentes e para as pessoas mais vulneráveis. No dia seguinte, o Governo anunciou que todos os passageiros dos transportes públicos (autocarros, táxis, barcos de recreio e metro ligeiro) tinham de usar máscara.

No dia 4 de Fevereiro, surgiram os 9.º e 10.º casos de infecção, ambos os doentes eram residentes com ligações aos casinos. O Governo anunciou a suspensão do funcionamento do sector do entretenimento durante 15 dias, a partir da meia-noite do dia 5 de Fevereiro, e



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

apelou aos empregadores que assegurassem alojamento aos trabalhadores não residentes. As instalações de lazer do IAM foram encerradas provisoriamente e os serviços de transporte marítimo de passageiros entre Hong Kong e Macau foram temporariamente suspensos.

Durante nove dias consecutivos, isto é, até ao dia 13 de Fevereiro, não se registou nenhum novo caso de infecção, e nenhum dos motoristas dos autocarros dos casinos submetidos a testes acusou positivo. Na sequência da atenuação da situação epidémica nas proximidades, começaram os preparativos para a retoma do trabalho, ou seja, entrou-se numa nova fase de atenuação gradual, e as instalações dos parques foram sendo gradualmente reabertas ao público.

— No dia 14 de Fevereiro, o Governo anunciou a retoma dos serviços públicos e a disponibilização de serviços básicos ao público entre 17 e 21 de Fevereiro, e a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública (SAFP) emitiu as instruções para o regresso ao normal do funcionamento dos serviços públicos. Os Serviços de Saúde, preparando o regresso à normalidade dos serviços públicos, implementaram um sistema de declaração de saúde individual e, no dia 20 de Fevereiro, foi levantada a suspensão do funcionamento dos casinos. Além disso, todos os trabalhadores que tivessem estado no Interior da China, nos 14 dias anteriores à sua entrada em Macau, tinham de se sujeitar a isolamento médico em determinados locais da cidade de Zhuhai ou de Macau, por um período de 14 dias.



No dia 19 de Fevereiro, o 6.º doente recuperou e teve alta hospitalar, todas as pessoas que tiveram contacto próximo com este doente foram retiradas do isolamento, e a situação epidemiológica nas regiões vizinhas registou algum alívio. Em articulação com a reabertura dos casinos, foram lançadas várias medidas, por exemplo, os turistas provenientes de zonas de alto risco e com alta probabilidade de infecção se, nos últimos 14 dias anteriores à sua entrada em Macau, tivessem estado no Interior da China, passavam a estar sujeitos a exames médicos em Macau. Concomitantemente, foi anunciada a reabertura de todos os parques e o *slogan* de sensibilização do Governo passou a ser: *“Para o bem da sua saúde e das outras pessoas, reduza as saídas de casa, e evite locais com concentração. Utilize correctamente as máscaras”*.

III - Principais assuntos alvo de discussão e acompanhamento por parte da Comissão

Na reunião de acompanhamento, a Comissão analisou e discutiu principalmente as medidas de apoio económico e de prevenção da pneumonia causada pelo novo tipo de coronavírus tomadas pelo Governo. Os assuntos a que a Comissão prestou atenção e discutiu incidiram, essencialmente, nos seguintes aspectos:

1. Transporte dos residentes de Macau da Província de Hubei até



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Macau

Na reunião, a Comissão prestou especial atenção à questão do transporte dos residentes de Macau que se encontravam na Província de Hubei.

Segundo os representantes do Governo, só depois de comunicação estreita com as entidades respectivas e da avaliação global por parte dos nossos serviços competentes é que o Governo da RAEM conseguiu concretizar, através de um voo fretado, a retirada dos residentes de Macau que se encontravam na província de Hubei. Segundo a Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura, Ao leong U, o Governo já tinha definido planos de contingência, mas, no que diz respeito à sua concretização e execução, era necessário o envio de aviões. Não seria nada fácil enviar um avião fretado para Wuhan, em Hubei, porque a situação de epidemia no local não era estável e, ao mesmo tempo, tendo em conta que o interior do avião é um espaço confinado, caso houvesse residentes atingidos pela doença, que é transmissível, o pessoal de todo o avião, incluindo os profissionais de saúde, o pessoal da Migração e o pessoal do Gabinete de Gestão de Crises do Turismo (GGCT), entre outras pessoas, poderiam acabar infectados. O Governo tinha a responsabilidade de garantir, ao máximo, a segurança desses trabalhadores, por isso, era necessário recorrer à análise dos colegas profissionais dos Serviços de Saúde e a dados científicos para sustentar se era adequado transportar os residentes para Macau. As autoridades precisavam de averiguar todas as possibilidades e preparar-se bem.



[Handwritten signature]

A Secretária sublinhou que o Governo da RAEM tinha de ponderar e avaliar vários aspectos, e que era preciso manter uma boa comunicação com os serviços competentes locais. O Governo agradeceu aos deputados a ajuda prestada no envio de produtos para o local, através dos colegas do GGCT, que mantiveram comunicação diária com os residentes de Macau naquele local e lhes prestaram apoio. Acrescentou que a experiência do Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong (RAEHK) com as pessoas provenientes de Wuhan era muito útil para Macau e possuía valor de referência.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

2. Compensação pelo trabalho dos funcionários durante a epidemia

Durante a epidemia, os trabalhadores da função pública tiveram de trabalhar em casa durante uma a duas semanas e ficaram dispensados de se deslocar ao local de trabalho; no entanto, devido ao elevado volume de trabalho, muitos funcionários da linha da frente tiveram de trabalhar como normalmente, mantendo-se nos seus postos de trabalho. Durante esse período, os funcionários poderiam ter tido contacto com diferentes graus de risco de infecção, por isso, alguns Deputados questionaram se os SAFP iriam atribuir alguma compensação adequada aos funcionários da linha da frente, por exemplo, um acréscimo salarial ou dias de férias a título de compensação.

Segundo os representantes do Governo, durante todo o período de combate à epidemia, o funcionamento dos serviços públicos passou por



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

duas fases. Numa primeira fase, foram disponibilizados apenas serviços urgentes e o número de trabalhadores era relativamente reduzido. No entanto, na sequência da estabilização da epidemia e após a avaliação das necessidades dos cidadãos, as autoridades decidiram retomar a prestação de alguns serviços básicos, podendo os cidadãos tratar dos seus assuntos ou apresentar queixas via internet ou telefone.

Os representantes do Governo acrescentaram que, em relação aos serviços dirigidos ao público e ao horário de trabalho dos funcionários públicos, o Governo da RAEM articulou-se com o ajustamento geral das políticas e com as medidas de prevenção. Face às diferentes fases do trabalho de combate à epidemia, os SAFP também adoptaram diferentes medidas de contingência para a prestação de serviços públicos de diferentes níveis. Nos dias 30 e 31 de Janeiro e 3 a 16 de Fevereiro, só foram prestados os serviços considerados necessários e urgentes, ou seja, serviços indispensáveis à manutenção da ordem pública, à prestação de cuidados de saúde e ao funcionamento básico da sociedade, tendo a maioria dos trabalhadores da função pública sido dispensada de prestar serviço no seu local de trabalho. O Governo salientou que os funcionários públicos que se encontravam a trabalhar durante o período em causa podiam ser compensados, nos termos da lei.

Na sequência da atenuação da epidemia, e da procura de serviços públicos por parte dos cidadãos, o Governo da RAEM entrou na segunda fase dos trabalhos de prevenção da epidemia, ou seja, a partir do



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

dia 17 de Fevereiro, os diversos serviços públicos passaram a prestar serviços básicos, mas de forma limitada. Convém salientar que, durante este período, os funcionários públicos tiveram de trabalhar como normalmente, mas tendo em conta a situação de epidemia, foi necessário reduzir o número de funcionários públicos nos locais de trabalho. Assim, em consonância com as recomendações dos Serviços de Saúde, alguns trabalhadores foram dispensados de comparecerem no seu local de trabalho, tendo-se optado pela realização do trabalho em casa e, nos termos da lei, essa ausência foi considerada como falta justificada.

3. Medidas de controlo das entradas e saídas

Na reunião de acompanhamento, a Comissão também discutiu a questão das entradas e saídas de turistas e residentes. Houve deputados que questionaram o seguinte: há trabalhadores não residentes e turistas provenientes do mesmo local, assim sendo, porque razão é que o regime de isolamento de 14 dias só se aplica aos trabalhadores não residentes? Quanto aos residentes de Macau que regressaram a Macau provenientes de zonas de alto risco, com muitos casos de infecção, e aos residentes que passam várias vezes a fronteira, por que razão só têm de sujeitar-se a algumas horas de observação médica? Será que existe alguma contradição entre as correspondentes políticas? Por outro lado, o exame médico, exigido no âmbito das medidas de controlo, é voluntário ou obrigatório?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Segundo os representantes do Governo, a decisão do levantamento do rigor das medidas relativas às entradas em Macau teve a ver com a configuração dos espaços, por exemplo, se se tratava de recintos cobertos ou ao ar livre em que era prestado o trabalho, com a natureza do trabalho (por exemplo, nas indústrias onde há mais contacto físico, os trabalhadores são considerados de maior risco). Os trabalhadores não residentes que já tinham entrado em Macau há algum tempo não necessitavam de sujeitar-se a exames médicos, porque as deslocações diárias entre Zhuhai e Macau são essenciais para o seu modo de vida. As autoridades só desejavam reduzir a frequência das passagens fronteiriças entre Zhuhai e Macau, porque, do ponto de vista da prevenção da epidemia, quanto menor for o espaço da prática de actividades, melhor serão os resultados da prevenção. Por isso é que foi fixado um prazo para os indivíduos em causa regressarem, antecipadamente, a Macau, para aqui permanecerem temporariamente. Os trabalhadores não residentes são, na sua maioria, trabalhadores das companhias aéreas e do sector da logística, que assumem o transporte de bens essenciais para a vida quotidiana de Macau. As autoridades competentes realizaram reuniões interdepartamentais, para a gestão do ambiente habitacional dos trabalhadores não residentes em Macau e para a resolução dos problemas de higiene e segurança.

Os representantes do Governo acrescentaram que as pessoas que são submetidas a medidas de controlo médico foram bastante colaborantes, aceitando voluntariamente a inspecção efectuada pelas autoridades.



4. Medidas de apoio às pequenas e médias empresas

A epidemia do novo tipo de coronavírus tem tido um grave impacto na economia de Macau. Para estabilizar a economia e manter a empregabilidade, o Governo da RAEM decidiu implementar, por fases, uma série de medidas provisórias de apoio económico, para atenuar as dificuldades da população, e implementou vários planos provisórios de apoio às pequenas e médias empresas, incluindo a concessão de empréstimos sem juros, bonificação de juros e isenção de impostos. No entanto, embora as medidas fiscais e de financiamento do Governo possam ajudá-las a resolver os problemas temporários relacionados com o capital, certo é que não se aplicam a todas as micro, pequenas e médias empresas. Mais, é difícil prever o tempo de duração da epidemia, e existem demasiados factores de incerteza que podem levar a despedimentos ou ao encerramento das empresas. Pelo exposto, a Comissão questionou a possibilidade de o Governo lançar mais medidas de apoio, por exemplo, a atribuição de apoio financeiro, entre outras.

O Governo respondeu às questões colocadas pela Comissão e referiu que, tendo em conta o aumento da procura de capitais a curto prazo por parte das pequenas e médias empresas, o sector bancário já tinha lançado várias políticas de alívio, com vista a responder aos apelos do Governo sobre a resolução das questões económicas durante a fase de atenuação da epidemia. Segundo o sector bancário, vão ser apreciados, com a maior brevidade possível, os pedidos de apoio fi-



financeiro apresentados pelas pequenas e médias empresas e vão ser lançadas medidas de bonificação ou de prorrogação do prazo de pagamento, com vista a ajudá-las a obter, num curto intervalo de tempo, o capital de que necessitam. Entretanto, o Governo lançou várias medidas, tais como o plano de apoio às pequenas e médias empresas, recebeu 868 pedidos, apresentados em papel ou online, entre os dias 1 e 24 de Fevereiro, e concedeu empréstimos no valor de 48 mil 390 milhões de patacas em relação a 139 pedidos. O Governo espera disponibilizar, a curto prazo, recursos financeiros para atenuar as dificuldades das micro, pequenas e médias empresas.

Os representantes do Executivo adiantaram ainda que o Governo iria, através de regulamento administrativo, implementar duas medidas provisórias, ou seja, o Plano de Bonificação de Juros de Créditos para Pequenas e Médias Empresas e o Plano de Apoio Especial a Pequenas e Médias Empresas, com a duração de dois anos. Actualmente, os serviços da pasta dos assuntos jurídicos e a DSE estão a proceder à análise técnica de pareceres, para serem enviados ao Conselho Executivo após revisão. Após a publicação do regulamento administrativo, será apresentado, ao detalhe, o respectivo modelo de funcionamento.

5. Reinício das aulas

A Comissão notou que os *campus* escolares são locais de alto risco para a transmissão de vírus, pois, as salas de aulas, os campos des-



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

portivos, as cantinas, etc., são espaços de grande aglomeração de pessoas. O Governo da RAEM anunciou a suspensão total das aulas de todas as instituições de ensino. Alguns deputados sugeriram que, para garantir a saúde e a segurança dos docentes e alunos, a DSEJ devia insistir no princípio da prudência e não aligeirar as medidas, adiando a reinício das aulas do ensino não superior e anunciando o das aulas de todas as instituições de ensino quando a situação estiver mais aliviada. Ao mesmo tempo, houve deputados que prestaram atenção ao estabelecimento de medidas obrigatórias, para exigir aos estudantes e docentes que regressem a Macau para se sujeitarem a auto-observação, minimizando os riscos de infecção importada.

Os representantes do Governo responderam que iriam decidir sobre o reinício das aulas, tendo em conta a situação epidemiológica das regiões vizinhas, como Zhuhai, assegurando que tal reinício seria comunicado com a antecedência de uma a duas semanas, e que iriam elaborar, em tempo oportuno, as instruções sobre a prevenção da epidemia nas escolas para serem observadas no reinício das aulas. Os representantes do Governo acrescentaram que, actualmente, existem em Macau cerca de 3000 estudantes transfronteiriços, que os docentes e estudantes que vivem em Zhuhai, Zhongshan e Tanzhou são cerca de 300 e que o número de alunos e professores que originalmente residiam em Macau, mas que se encontravam no Interior da China, era de 980 e 64, respectivamente. Face a esta situação, a DSEJ exige aos professores e alunos que residam ou permaneçam apenas num dos locais, em Macau, em Zhuhai ou em Zhongshan, sem se deslocarem para outros



países ou regiões durante os 14 dias anteriores à sua entrada em Macau.

6. Outros assuntos

Durante a discussão, a Comissão preocupou-se com a forma de garantir o uso de máscara pelos trabalhadores, durante o horário de trabalho, e sugeriu ao Governo que ponderasse sobre a reserva de máscaras suficientes, para a sua atribuição prioritária aos trabalhadores que têm de trabalhar durante o período da epidemia.

Segundo os representantes do Governo, os serviços competentes recorreram a diferentes meios e locais, em todo o mundo, para adquirir máscaras que reunissem os requisitos exigidos e satisfizessem os critérios de prevenção da epidemia. Muitos países e regiões começaram a aplicar restrições à exportação de máscaras, portanto, depararam-se com algumas dificuldades no processo de aquisição. Apesar disso, o Governo comprometeu-se a garantir o fornecimento suficiente de máscaras.

Houve ainda deputados que manifestaram o desejo de ver a Direcção dos Serviços do Turismo emitir, o mais rápido possível, alertas de viagem para as regiões afectadas pela epidemia, a fim de facilitar a devolução do dinheiro aos que compraram bilhetes de avião antes do surto da epidemia. Segundo os representantes do Governo, o GGCT, tendo em conta os critérios definidos na lei, tem de emitir alertas de vi-



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

agem, mas antes de o fazer, tem de consultar o Ministério das Relações Exteriores, da Cultura e Turismo sobre os países em causa, por exemplo, sobre a situação de saúde pública. Além disso, tem de tomar como referência as orientações emitidas pelos Serviços de Saúde, antes de dar novos passos. Os representantes do Governo acrescentaram que a DST emitiu, no dia 24 de Janeiro deste ano, instruções para todas as agências de viagens, no sentido de procederem ao reembolso do montante remanescente depois de deduzidas as despesas razoáveis, em virtude da epidemia.

IV - Conclusão

Através dos trabalhos de acompanhamento, a Comissão ficou a perceber as medidas adoptadas pelo Governo da RAEM para enfrentar a situação de epidemia do novo tipo de coronavírus e as dificuldades existentes. Os representantes do Governo responderam activamente às opiniões e sugestões apresentadas, e a Comissão espera que o Governo, com base na auscultação de opiniões, continue a melhorar os trabalhos de prevenção da epidemia, com vista a responder eficazmente às solicitações da sociedade. A Comissão propõe o envio do presente relatório ao Governo, para efeitos de referência.

5 de Junho de 2020



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Comissão,

Si Ka Lon
(Presidente)

Zheng Anting
(Secretário)

Cheung Lup Kwan Vitor

Vong Hin Fai

José Maria Pereira Coutinho

Chui Sai Peng José

Leong On Kei



澳門特別行政區立法會
 Região Administrativa Especial de Macau
 Assembleia Legislativa

[Handwritten mark]

[Handwritten signature of Pang Chuan]

Pang Chuan

[Handwritten signature of Lap Chi Ngai]

Lap Chi Ngai

[Handwritten signature of Lei Chan U]

Lei Chan U

[Handwritten signature of Sou Ka Hou]

Sou Ka Hou

[Handwritten marks]